



**Plataforma
de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca**



ASSUNTO: Portugal deve impedir a reintrodução dos subsídios prejudiciais no FEAMP 2021-2027

Exmo. Sr. Ministro do Mar
Ricardo Serrão Santos,

A PONG-Pesca gostaria de expressar a sua preocupação sobre as implicações do uso do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) como um fundo de emergência em resposta à crise provocada pela covid-19.

Esta pandemia está a ter consequências dramáticas sobre as pessoas e a economia. Os pescadores e aquacultores portugueses não são exceção e estão a enfrentar diretamente o impacto económico da pandemia, uma vez que as medidas de confinamento, o encerramento de restaurantes e a interrupção do turismo afetam diretamente a procura e o preço do pescado fresco. Neste momento desafiante e sem precedentes, é essencial que os nossos líderes deem uma forte resposta para salvar vidas e preservar o nosso bem-estar, ao mesmo tempo em que apostam num sector das pescas mais sustentável, justo e resiliente. Contudo, a covid-19 não deve ser utilizada como um argumento para abandonar o progresso conseguido até agora na boa gestão destes fundos. Pelo contrário, deve enfatizar a necessidade de fazer uma transição para uma pesca sustentável de baixo impacto e proteger e restaurar a biodiversidade marinha.

O segundo pacote de medidas para resposta de emergência à covid-19 através do FEAMP, proposto pela Comissão Europeia e depois aprovado pelo Conselho Europeu, corre o risco de discriminar injustamente as diversas partes interessadas e permitir a reativação de subsídios prejudiciais que haviam sido banidos em 2004 na UE. Em particular, consideramos problemático que a proposta autorize a atribuição de subsídios diretos aos pescadores por meio de cessação temporária, subsídios diretos aos aquacultores através do apoio à suspensão ou redução da produção

e apoio às organizações de produtores relativamente ao armazenamento temporário dos produtos de pesca e aquacultura.

Acima de tudo, estas não devem abrir um precedente negativo e prejudicar os objetivos de sustentabilidade. Em vez disso, devem ser apoiadas pelo Conselho Europeu soluções que garantam a distribuição justa entre os profissionais, como a possibilidade de venda direta à distância, o combate ao desemprego e precariedade através da Segurança Social e fornecer apoio para a perda de receita e a gestão dos custos operacionais das pequenas empresas através de um quadro nacional de auxílios estatais, já possibilitado pela Comissão Europeia, com uma provisão de até €120 000 por beneficiário nos sectores da pesca e aquacultura.

Parte integrante do orçamento da UE, o FEAMP é um fundo estrutural projetado para apoiar a implementação da Política Comum das Pescas e, de entre os seus objetivos, destacamos o de apoiar os pescadores na transição para uma pesca sustentável e ajudar as comunidades costeiras a diversificarem as suas economias. Por essa razão, e porque é indiscutível a necessidade de apoiar este e outros sectores neste momento difícil, é nossa opinião que outros instrumentos financeiros deveriam ter sido estabelecidos fora do orçamento da UE para lidar com esta emergência.

Com a simultaneidade da pandemia e as negociações do FEAMP para o período de 2021-2027, a crise não pode ser utilizada como subterfúgio para continuar a financiar projetos destrutivos e práticas de pesca insustentáveis. Se incluídas no próximo programa do FEAMP, estas terão indubitavelmente impactos devastadores a longo prazo no ambiente marinho. **É de extrema importância que, durante o processo de negociação, o Sr. Ministro, como representante português no Conselho Europeu, adote uma posição forte contra a introdução de subsídios prejudiciais e enfatize a necessidade de fazer uma transição para uma pesca e aquacultura sustentáveis e de baixo impacto, de modo a para proteger e restaurar a biodiversidade marinha.** É importante lembrar que nunca como agora se apresentou tão premente a necessidade de proteger os ecossistemas naturais que comprovadamente são a base de sustentação de toda a vida na Terra. Proteger o ambiente e financiar ações que contribuam para a sua conservação não faz apenas sentido do ponto de vista da proteção do meio, mas também do ponto de vista da proteção das sociedades e economias do futuro.

Acreditamos que a UE deve continuar uma trajetória rumo a uma economia resiliente e sustentável, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o Pacto Ecológico Europeu e a Estratégia da Biodiversidade e isso inclui os gastos futuros do FEAMP. O dinheiro público deve ser investido de forma transparente, viável e sustentável.

Por todas estas razões, pedimos que considere estas preocupações no Conselho Europeu e aja no sentido de impedir a importação de subsídios prejudiciais do atual pacote de resposta a emergências para o próximo FEAMP, garantindo assim a sustentabilidade do sector das pescas e ecossistemas marinhos mais resilientes.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Almeida
SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

Ana Matias
Sciaena

(representantes da PONG-Pesca)